

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 65, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025

OBJETO: Altera o índice de suplementação da Lei Ordinária nº 2.450, de 20 de dezembro de 2024.

AUTORIA: Comissão de Legislação, Justiça e Redação

RELATOR: Ver. Claudinei Vicente da Silveira

1. Objetivo do Projeto

O presente Projeto de Lei tem por finalidade ampliar a autorização de suplementação por decreto, conhecida como margem de remanejamento, para 30% (trinta por cento) da despesa fixada para o exercício financeiro de 2025.

Tal medida visa conferir maior agilidade à execução orçamentária, permitindo que o Poder Executivo proceda à abertura de créditos suplementares mediante decreto, respeitados os limites legais e constitucionais.

2. Fundamentação Jurídica

O projeto insere-se na competência legislativa do Município, conforme disposto nos arts. 30, inciso I, e 48, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 171, inciso II, alínea “a”, da Constituição do Estado de Minas Gerais, e os arts. 11, inciso VI, e 136, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

A Constituição Federal, em seu art. 165, §8º, autoriza expressamente a inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de dispositivo que permita a abertura de créditos suplementares, nos termos da lei.

De igual modo, a Lei Federal nº 4.320/1964 dispõe em seu art. 7º, inciso I, que a Lei Orçamentária poderá conter autorização ao Executivo para abrir créditos suplementares até determinada importância.

A referida autorização denominada Margem de Remanejamento destina-se a viabilizar a execução orçamentária e evitar a paralisação de despesas em razão de ajustes técnicos, sem que haja necessidade de envio de projetos específicos ao Legislativo.

Quanto ao percentual proposto, destaca-se precedente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), em decisão de 04/11/2021 (PCTAS Executivo Municipal nº 1104614, Rel. Cons. Subst. Telmo Passareli), que desaconselha suplementações acima de 30%, considerando que percentuais excessivos descaracterizam o orçamento público como instrumento de planejamento e controle.

Assim, o percentual sugerido no projeto está em consonância com o entendimento do TCE/MG.

Diante disso, opina-se pela adequação jurídica e constitucional da proposta.

3. Redação e Técnica Legislativa

Verificou-se no projeto original que, exceto pelo inciso I, os demais dispositivos do projeto repetem integralmente a redação da Lei Ordinária nº 2.450/2024, o que se mostra desnecessário.

Nos termos do art. 76, §5º, do Regimento Interno da Câmara Municipal, **e como** recomendado pela assessoria jurídica da casa esta comissão apresentou um Substitutivo com a seguinte redação:

SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 65, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025

“Altera o índice de suplementação da Lei Ordinária nº 2.450, de 20 de dezembro de 2024.”

O Prefeito Municipal de Carmópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei Ordinária nº 2.450, de 20 de dezembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – abrir créditos suplementares até o limite de **30% (trinta por cento)** da despesa total fixada no Orçamento do Município, mediante decreto do Executivo, respeitadas as prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, mediante utilização de recursos provenientes de cancelamento parcial de dotações já existentes.”

Art. 2º Os demais artigos e incisos da Lei Ordinária nº 2.450/2024 permanecem inalterados.

4. Tramitação e Votação

a) Tramitação:

A discussão e votação do projeto devem ocorrer em dois turnos, considerando a natureza especial das leis orçamentárias.

b) Quórum:

Nos termos do art. 137, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, o quórum para aprovação é de maioria absoluta dos membros da Câmara.

5. Do Mérito

O mérito da proposição deverá ser apreciado pelo Plenário, contudo, não se identificam vícios de iniciativa, inconstitucionalidade ou ilegalidade que impeçam a regular tramitação e votação do projeto, especialmente em sua forma substitutiva.

6. Conclusão

Diante do exposto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final opina pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 65/2025, podendo o mesmo ser votado nos termos do Substitutivo apresentado.

Carmópolis de Minas, 19 de novembro de 2025.

Ver. Marcelo de Freitas dos Reis
Presidente

Ver. Claudinei Vicente da Silveira
Relator

Ver. Gilberto Arnaldo de Freitas
Secretário

ATA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 16 horas, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, reuniu-se a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, sob a presidência do Vereador Marcelo de Freitas dos Reis. Foram designados o Vereador Claudinei Vicente da Silveira como Relator e o Vereador Gilberto Arnaldo de Freitas como Secretário.

Foram apreciados os seguintes expedientes legislativos:

1. Projeto de Lei nº 67, de 17 de novembro de 2025, que altera a Lei Municipal nº 2.475, de 30 de julho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026).
2. Substitutivo ao Projeto de Lei nº 65, de 7 de novembro de 2025, que “Altera o índice de suplementação da Lei Ordinária nº 2.450, de 20 de dezembro de 2024”.

Após a leitura e análise do parecer do Relator referente ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 65 e ao Projeto de Lei nº 67/2025, ambos receberam parecer favorável quanto à sua legalidade, constitucionalidade e juridicidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão.

Carmópolis de Minas, 19 de novembro de 2025.

Ver. Marcelo de Freitas dos Reis
Presidente

Ver. Claudinei Vicente da Silveira
Relator

Ver. Gilberto Arnaldo de Freitas
Secretário